

# BOLETIM NACIONAL

ABRIL/93 - Nº 69

Cr\$ 15.000,00



## CARAVANA DA CIDADANIA

“A Caravana da Cidadania é o instrumento que dispomos para amenizar o sofrimento de milhões de brasileiros e mostrar que o Brasil tem jeito”

Página 7

**IPMF: os debates continuam**

Página 8

**1º de Maio contra a fome**

O Movimento Sindical vai engrossar as fileiras da Caravana no dia 1º de Maio. Página 7

**8º Encontro Nacional**

Será em Brasília, entre 11 e 13 de junho.  
Informes na página 9

**Patentes: mais um engodo**

Página 3

## Partido Forte Intocáveis

Fiquei perplexo com a atitude antidemocrática do deputado federal José Genoino que criticou de fora para dentro do Partido, através da grande imprensa, o resultado do plebiscito interno do PT.

Isso não é correto. Entendo que se algo está errado não é "burrice", conforme notícia da Folha de S. Paulo, dos nossos militantes em optar pelo Presidencialismo.

As entrevistas e disputas políticas -- às vezes personalistas -- via imprensa burguesa só confundem a cabeça da população. São armas da direita contra o nosso trabalho de militante no interior do Brasil que, além das posições certas ou erradas dos parlamentares e dirigentes nacionais, também mantém o Partido.

Vamos valorizar o coletivo. Venham discutir nas macros, micros, CDMs as suas posições, organizando para o conhecimento dos militantes, por regiões do Estado, discussões sobre as dificuldades do parlamento. Assim teremos mais informações e clareza para darmos nossa opinião e votarmos nesta ou naquela posição. Afinal, quem é o dono da verdade? Que Partido queremos?

Nesse momento político difícil do Partido é preciso, mais do que nunca, rearticular com os militantes, ou seja, com a base, os colegiados partidários. Ampliar, fortalecer e criar mecanismos que diminuam a distância entre as direções e a militância.

Donos da verdade não podem existir no Partido.

Ernani Luiz D. Gragnanello  
PT de Mogi Mirim - SP

*Eles fazem suas próprias leis. Eles são da UDR*

Durante uma entrevista concedida à Radio cultura de Bagé um fazendeiro membro da UDR local, em meio a várias ofensas, ameaçou de morte o deputado federal (PT/RS) Adão Preto -- em bom tom, para que todos os ouvintes pudessem crer na sua "valentia". O gabinete do deputado em Brasília solicitou uma cópia da fita à Radio Cultura para definir que providências deverão ser tomadas.



Adão Preto não participou das votações da Câmara na última semana de março em decorrência das intensas negociações em que está envolvido no Rio Grande do Sul, onde persistem graves conflitos agrários e quatro lavradores sem terra continuavam em greve de fome.

A greve, que durou 22 dias, terminou no dia 6 de abril com um acordo entre os dirigentes do MST do Rio Grande do Sul e o presidente da República. O acordo prevê a liberação imediata de terras para 165 famílias, a definição, em 60 dias, de um cronograma para o assentamento

das demais famílias acampadas no estado e a doação aos agricultores de 30 toneladas de feijão e de cestas básicas da LBA. "Foi uma pequena vitória econômica, porém grande vitória política", afirmou o deputado Adão Preto, que participou das negociações.

O deputado lamentou os sacrifícios por que passaram os grevistas e sugeriu a Itamar que combata a fome da forma mais econômica e eficaz: através da reforma agrária.

Informativo da Bancada Federal

## Oba, confete!

Companheiros que fazem o BN, gostaria de parabenizá-los pela qualidade do jornal, que me parece está se consolidando e começando a ter regularidade, que é fundamental para ganhar a confiança dos militantes.

O BN é tão importante como os outros veículos de comunicação do Partido, principalmente pelo caráter de informação sobre as posições oficiais do partido (resoluções do DN etc). O preço e promoções de assinatura sem dúvida facilitam o acesso de mais militantes ao BN. Aqui no Ceará o BN não está sendo vendido (avulso) na lojinha do Diretório. Isto é ruim para a consolidação do BN. Por mais vantajoso que seja assinar o jornal, há companheiros sem condições de fazer assinatura. Espero que esta situação logo seja normalizada.

Meu abraço e votos de sucesso ao Boletim Nacional.

Antonio Carlos de F. Souza  
Fortaleza - CE

BN: Companheiro, entraremos em contato com a lojinha do DR de seu Estado para reparar esta falha.

Todos os Diretório e Núcleos interessados em vender o Boletim nacional devem entrar em contato pelo fone: 223-7999 ramal 230, com William e Marisa.

## Você sabia...

Que "os americanos se aproveitaram da situação do nosso país para arrancar do governo outras concessões: a dos bancos, das tarifas, da Lei de Patentes, e agora, as privatizações. Eles querem desmontar as estatais porque vêem o Brasil como um competidor, com nossa economia ameaçando a americana". Os últimos acontecimentos comprovam essas palavras do professor da Universidade de São Paulo, Bernardo Kucinski, autor de "A Ditadura da Dívida".

O leilão da Poliolefinas é um exemplo. Foi adquirida pela Organização Odebrecht (empresa onde trabalhava Elisery Resende até ser nomeado ministro da Fazenda) por preço mínimo, nos três primeiros minutos do leilão, em primeira oferta. Foi a primeira estatal a ser privatizada no governo Itamar, demonstrando que o vice de Collor segue à risca a cartilha ditada pelo FMI.

O presidente da Comissão Diretora do Programa de Desestatização, André Franco Montoro Filho (alto funcionário do governo Sarney) comemorou o leilão dizendo que "tinha um sabor de vitória". Vitória de quem? Ninguém explicou.

Enquanto isso, a Lei de Patentes aguarda votação, em caráter de "urgência, urgentíssima" (a pedido do governo, que não resistiu à pressão do FMI), para salvaguardar os interesses americanos no mercado cativo brasileiro.

Esta lei foi proposta por Collor em 1991 e volta agora, com pequenas alterações. O projeto de "Lei da Propriedade Industrial", como é chamado, está sendo exigido pelos Estados Unidos, de todos os governos latino-americanos e visa garantir os mercados cativos daqui através de leis que protejam indústrias e produtos dos norte-americanos.

Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX

## BOLETIM NACIONAL

Abril/92 - Nº 69

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores  
Rua Conselheiro Nébias, 1052  
CEP 01203 - São Paulo/SP  
Fones(011)223.7999/7904  
ou 222.2956/2875/6986

Secretário de Comunicação

João Machado

Secretário Adjunto

Markus Sokol

Jornalista Responsável

Marisa Lourenço MTB 18.321

Colaboradores

José Rocha Cunha

Edição Eletrônica

William Aguiar

Fotolito e Impressão

Fundo de Greve

BRASIL  
AGORA  
ASSINE JÁ

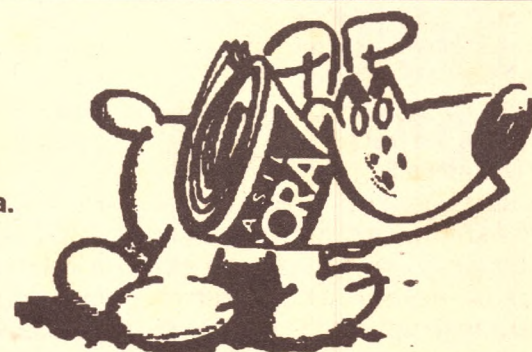
Editora Brasil Ag. a Ltda.

Al. Giete, 1049 - C.A. Cecília

Cep: 01215 - São Paulo/SP

Fones: (011) 220-5850

222-4326 / 222-6318



# Patentes: mais um engodo

*Pobres em recursos genéticos, países do primeiro mundo encontram espaço nas políticas neoliberais para explorar a vida no hemisfério sul*

**E**stará na Pauta da Câmara dos Deputados nestes próximos dias, o Projeto de Lei 824/91 que trata do novo Código de Propriedade Industrial, que é o direito de propriedade obtido mediante registros nos órgãos competentes de um determinado conhecimento ou produto, pelo seu autor. Só pode ser patenteada invenção ou criação de algo que não exista. É o chamado de princípio da criatividade.

O projeto em tramitação é de origem do ex-presidente Collor e tem por finalidade entregar os direitos de pesquisa ou patenteamento de seres vivos para multinacionais.

Aparentemente, tratava-se de uma questão sem maiores implicações. Uma espécie de atualização da legislação brasileira, necessária diante dos avanços da ciência e da tecnologia nos últimos 20 anos.

Logo, porém, começaram a aparecer pressões externas por todos os lados e os lobbies das multinacionais intensificando sua atuação em Brasília, o que caracterizava que a questão do patenteamento ia muito além de uma simples "revisão" do

Código de Propriedade Industrial, pois o projeto estabelece o patenteamento nas áreas de fármacos, medicamentos e alimentos, abrindo uma brecha para que se torne possível o patenteamento da vida, legislando, assim, sobre questões delicadíssimas, que tem inúmeras implicações econômicas, ecológicas e éticas.

## Multinacionais

A aprovação desse Projeto de Lei é uma exigência do FMI, e se enquadra na política neoliberal do ex-presidente Collor e de Itamar Franco, de privatização e "liberdade de mercado". A lei de patentes interessa diretamente ao capital mundial, em especial ao capitalismo americano.

Pobres em recursos genéticos, os países da Europa, Japão e Estados Unidos aproveitam-se de políticas neoliberais para explorar a vida no hemisfério sul, onde se concentra 60% da biodiversidade mundial.

Na área da agricultura e pecuária, o domínio se dará através da produção artificial de sementes e animais, combinando diversas características genéticas. É aí que entra a questão das patentes. Tendo o di-

reito de registrar como invento essas combinações e descobertas, as indústrias cobrarão sempre pela reprodução dessas plantas e animais e dominarão assim a própria vida, porque terão, legalmente, controle sobre a reprodução. Assim também acontecerá nas outras áreas.

Em consequência teremos o aumento dos preços daqueles produtos controlados pelas empresas que detêm o invento. O fim da indústria nacional nas áreas química, farmacêutica e eletrônica, bem como das pequenas áreas agropecuárias, nacional e do governo, pois assim serão substituídas pelo que vier pronto de fora. Permitirá monopolizar ainda mais as indústrias nacionais; as pequenas produções serão afetadas diretamente e as produções de alimentos estarão voltadas ao lucro e não mais para saciar a fome e as necessidades de nosso povo.

É por estas razões que o Partido dos Trabalhadores votará contra o projeto do governo (tal como está), pois isso nada mais é do que o pagamento da dívida externa com nossas riquezas naturais.

Deputado Adão Preto PT/RS

## Setor agrícola debate patenteamento

Atendendo a um requerimento da deputada federal (PT/SC) Luci Choinaski, a Comissão de Agricultura realizou, no dia 18 de março, um debate, com a participação de diversos técnicos, a respeito do impacto do patenteamento de seres vivos e de biotecnologia na produção agrícola nacional. Neste debate predominou o temor de que o patenteamento provoque a monopolização do setor sementeiro. Assim, delineou-se uma clara convergência no sentido da exclusão do patenteamento dos seres vivos do projeto sobre patentes em tramitação na Câmara, bem como daquilo que se refere ao material e processos biológicos.

Outra reunião, também articulada pela deputada Luci Choinaski, foi realizada no mesmo dia na Comissão de Agricultura, desta vez com a presença do ministro da Agricultura, Lázaro Barbosa, e representantes do

Fórum pela Liberdade do Conhecimento. O ministro e seus assessores mostraram desconhecimento sobre essa matéria, a despeito de seu impacto na Agropecuária do país. Entretanto, o ministro comprometeu-se em firmar uma posição até o dia 14 de abril, com base no parecer que será feito por uma comissão formada por representantes do Ministério, da Unicamp, da Embrapa e do Fórum.

No relatório de síntese da reunião, a Comissão de Agricultura definiu assim a questão: "É ponto pacífico que as novas tecnologias prometem grandes avanços para a agricultura e para o setor rural do país e que os investimentos dos inventores nesta área devem ter garantias de adequada remuneração. O que se deve ressaltar, todavia, e que constitui a preocupação nodal da Comissão de Agricultura, é que esses direitos no setor das biotecnologias não poderão ser ade-

quadamente tratados, definidos e delineados a não ser em uma lei específica, separada, dirigida especificamente para esse assunto.

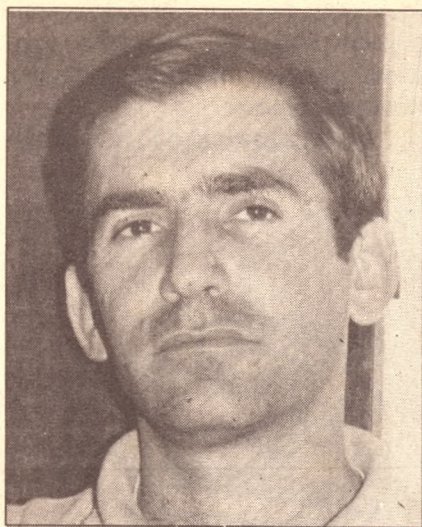
O temor maior é que o patenteamento -- direto ou indireto -- das plantas possa monopolizar o setor sementeiro -- indústria ainda florescente e marcada pela livre concorrência entre centenas de empresas -- e, em nome do livre comércio, ameaçar a existência dos mercados livres e competitivos e das firmas locais e regionais que hoje abastecem as grandes culturas deste país com sementes fiscalizadas de reconhecida qualidade (...) Por tudo isto entende a Comissão de Agricultura ser o melhor caminho a defesa da exclusão explícita destes campos do PL 824/91 para que não sejam estabelecidos precedentes impensados e nocivos para a Agricultura e para os interesses nacionais."



# Voto petista será Presidencialismo

**F**oram os presidencialistas que comemoraram o resultado do plebiscito interno do PT, realizado dia 14 de março em todo o país. Isto porque dos 69.049 petistas que foram às urnas escolher o sistema de governo que seria defendido pelo Partido dos Trabalhadores, 50.412 (73%) preferiram o Presidencialismo e 17.353 (25%) votaram no Parlamentarismo -- também foram apurados 719 votos em branco e 565 nulos.

A Secretaria Nacional de Organização (SORG) avaliou, pelo total de votos, que houve bom comparecimento às urnas. Sendo assim, é possível concluir que o número de filiados ao partido (estimado em 700 mil) está muito longe da realidade -- caso contrário não teríamos alcançado o mínimo necessário de dez por cento dos filiados votando no dia 14. Tudo indica que a previsão do número de filiados está equivocada. E isso faz



*O papel de uma direção não é simplesmente cumprir determinações, é, também, saber interpretá-las a cada momento.*

Quando o conjunto do partido decidiu pelo plebiscito estava claro para todos nós que era uma posição que o conjunto deveria tomar. Portanto, esse recurso chega no momen-

lembrar, também, que a campanha de filiação partidária, realizada no ano passado, fracassou.

Mesmo tendo sido derrotados por larga margem, os parlamentaristas demonstraram insatisfação com o resultado -- através da grande imprensa e, internamente, através de recurso ao Diretório Nacional. O recurso apresentado pelo vereador paulista Chico Whitaker, discutido durante a reunião do DN, nos dias 20 e 21 de março, afirmava: "O plebiscito interno sobre sistema de governo estabeleceu claramente a atual preferência de ampla maioria dos filiados pelo Presidencialismo (...) Não há como questionar a decisão de proceder a esse processo de consulta, para definir uma posição partidária, através de plebiscito interno. O PT foi um dos partidos que mais lutou na Constituinte pela implantação dessa forma de democracia direta, e por uma questão de coerência não poderia

to de uma decisão já tomada. É verdade que pode parecer para a sociedade uma posição de endurecimento interno do partido. Mas existe uma crise interna no PT, que preocupa mais, que é a crise do distanciamento entre a nossa base e a nossa direção.

Quando 73% dos companheiros votam numa posição, essa posição precisa ser respeitada pela direção, porque se não for, isso vai somar num processo cultural de que, uma vez mais, a direção, pós-fato, não leva em conta aquilo que a base havia decidido. Acho que esse é um fato gravíssimo, neste momento. Nós temos que valorizar muito essa decisão do conjunto de nossa base partidária. Esta é a razão pela qual sou contrário a esse recurso.

Acho que a hegemonia a gente faz pela certeza das nossas posições e não pelo impositivo. Só que o fato estando consumado, acatar esse recurso, sem a possibilidade, inclusive, de uma ampla discussão nacional, vai de novo parecer que a direção afrouxou quando a base teve uma posição muito clara

agir de outra forma em decisões internas, mesmo conhecendo os riscos que tais consultas podem criar".

Porém mais adiante questionava: "a decisão de caráter imperativo, como questão fechada para todos os militantes do Partido, ao posicionamento resultante desse plebiscito; uma eventual decisão do DN de obrigar os militantes parlamentaristas do Partido ao silêncio e à interrupção de sua participação no debate que se desenvolve na sociedade; uma eventual decisão do Diretório Nacional - evidentemente inócua - de obrigar os militantes a votar, contra suas consciências, no dia 21 de abril, pelo Presidencialismo; a competência do Diretório Nacional para dar caráter imperativo a uma decisão sobre uma questão que não consta do programa do Partido nem foi considerada como um princípio partidário em nenhum encontro ou Congresso Nacional.

Para dar ao leitor uma breve



*Ninguém vai vigiar o voto de cada um, mas nós temos que fazer, sim, a indicação de voto. Temos que fazer essa experiência coletivamente.*

Quando o Partido, legitimamente, toma uma decisão como essa, tem que proclamar essa decisão como uma indicação de voto também.

Se é uma decisão, se é legítima,

amostra desse debate publicamos (abaixo) as intervenções dos companheiros Gilberto Carvalho e Arthur Scavone, membros do DN.

## Resoluções do DN

O Diretório Nacional reconheceu o resultado do Plebiscito Interno e decidiu que o PT deve participar do programa de rádio e TV da campanha da Frente Presidencialista, procurando dar um caráter distinto à sua intervenção e tentando influenciar os demais participantes do programa de maneira a vincular a campanha pelo Presidencialismo com reformas políticas, institucionais, econômicas e sociais que se fazem necessárias.

Deliberou, ainda, estender a todos os filiados a obrigatoriedade de acatamento da decisão estabelecida pelo resultado do plebiscito. Esta decisão resultou da rejeição ao recurso de Chico Whitaker e outros contra essa obrigatoriedade.

a aplicabilidade dela é inquestionável.

Mas alguns vão perguntar: "e o indivíduo, como fica o respeito ao indivíduo e aos seus problemas com o exercício de um autoritarismo sobre o indivíduo? E eu pergunto: e o inverso? Se é certo que nós não podemos exercer uma autoridade absoluta sobre o indivíduo de representatividade, uma liderança, é legítimo que o indivíduo exerça uma autoridade absoluta sobre o coletivo? É legítimo que o indivíduo, que tem uma liderança conquistada dentro do seu partido, do seu projeto, da sua militância, decida aquilo que bem lhe aprouver, exercendo uma tirania sobre o coletivo? Não é razoável!

É óbvio que eu não digo isso em termos absolutos. Ninguém vai vigiar o voto de cada um, mas nós temos que fazer, sim, a indicação do voto. Eu acho que os parlamentares, as nossas lideranças maiores, não só deveriam declarar voto em favor do presidencialismo, como deveriam dizer: "eu vou votar no presidencialismo, porque vamos fazer essa experiência coletivamente".

# O PT, o Plebiscito e o Presidencialismo

O 1º Congresso Nacional do PT em novembro/dezembro de 91 deliberou que um plebiscito nacional, envolvendo todos os filiados, seria a forma mais democrática e participativa para definir a posição do partido quanto ao sistema de governo.

A realização desse plebiscito no dia 14 de março último superou todas as expectativas. Tivemos um vigoroso debate político e uma ampla participação dos petistas em todos os Estados da Federação. Uma demonstração de vitalidade e respeito à base militante de um partido que não reduz sua existência aos momentos eleitorais, nem define suas posições a partir das imposições de um caudilho.

O PT é presidencialista. Essa é a vontade política da ampla maioria dos votantes e é a posição oficial do partido.

Todos os filiados, particularmente os dirigentes e detentores de mandatos devem acatar essa decisão democrática. Os representantes do PT na Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães se retiram da campanha, a partir deste momento, e exigem que suas imagens e pronunciamentos não sejam mais veiculadas, conforme estabelecido na formação desta Frente.

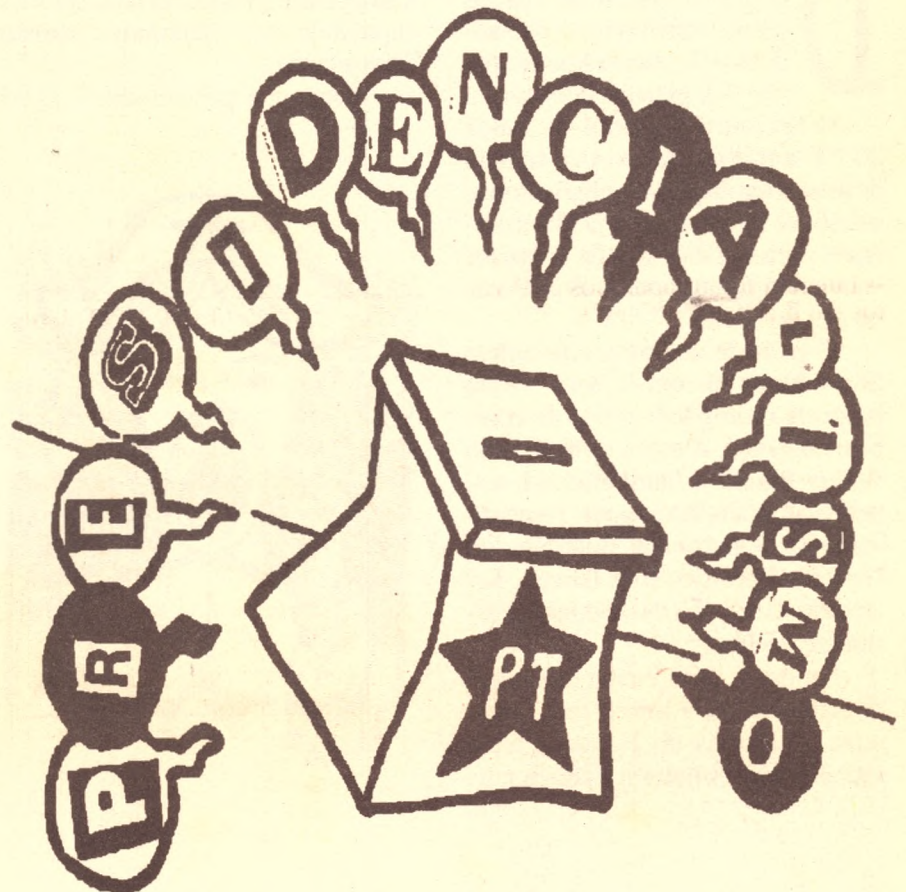
O PT defende o presidencialis-

mo com profundas reformas que permitam o avanço democrático da sociedade brasileira. Nesse sentido, estaremos estimulando, na campanha, a luta pela reforma eleitoral, com a mudança na proporcionalidade de representação dos Estados no Congresso Nacional, pela reforma partidária, pela democratização da comunicação, pela revisão do papel do Senado Federal, entre outras.

Preocupados com a baixa qualidade dos debates, pretendemos elevar o nível da campanha, politizando a discussão, evitando a venda de ilusões de que um sistema de governo poderia por si só resolver os problemas fundamentais do povo brasileiro. Defendemos, juntamente com o presidencialismo, a solução de problemas como a fome, o desemprego, a reforma agrária, a garantia de direitos às minorias e maiorias discriminadas. Nesse sentido, buscaremos preservar a identidade política dessas posições no interior da Frente Presidencialista.

O PT reafirma seu compromisso com as reformas democráticas e se empenhará para que esta seja a vontade soberana do povo brasileiro.

São Paulo, 20 de março de 1993.  
Diretório Nacional do PT



P. BATINA

## RESULTADO DO PLEBISCITO INTERNO

ESTADO	FILIADOS	PARLAM	PRESID	NULO	BRANCO	TOTAL	ESTADO	FILIADOS	PARLAM	PRESID	NULO	BRANCO	TOTAL
SP	200000	6932	13583	255	416	21186	CE	4530	325	558	7	3	893
AC	2300	183	319	1	0	503	MT	4000	206	848	4	9	1067
RS	51297	1633	6491	50	32	8206	TO	4031	76	752	3	2	833
PA	14400	156	973	2	3	1134	RO	9520	198	1238	0	0	1436
ES	1138	248	1136	5	9	1398	PI	7000	207	1174	2	5	1388
SE	3260	92	413	13	12	530	PB	7349	266	884	6	7	1163
PR	3068	704	2702	11	16	3433	GO	16350	508	1826	12	15	2361
PE*	-	486	1548	23	22	2079	BA	42000	605	2763	36	28	3432
RJ	55000	323	1071	19	7	1420	SC	15551	381	2779	6	28	3194
RN	5578	277	723	13	10	1023	MS	4727	191	570	6	5	772
MA*	-	182	775	2	8	967	RR*	-	9	21	2	0	32
AM	5385	156	872	6	9	1043	AL*	-	70	255	11	0	336
MG	70000	2760	5256	58	69	8143	PARIS	10	5	5	0	0	10
DF	6972	174	877	12	4	1067	<b>TOTAL</b>	<b>533466</b>	<b>17353</b>	<b>50412</b>	<b>565</b>	<b>719</b>	<b>69049</b>

\* A SORG NÃO RECEBEU INFORMAÇÕES SOBRE O NÚMERO DE FILIADOS DESTES ESTADOS

Fonte: SORG

# Saúde em debate

**D**e 7 a 9 de maio reúne-se no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, no Rio de Janeiro o Encontro Nacional de Saúde do PT, aberto à participação dos petistas do setor.

O Encontro Nacional de Saúde do PT tem como proposta a criação de uma articulação de trabalhadores, usuários, intelectuais e administradores para a elaboração de alternativas estratégicas de políticas públicas no campo social.

O tema de abertura, com início às 16 horas do dia 7, será "Uma proposta de modelo social de combate miséria". À mesa, nomes como Walter Barelli e Jamil Haddad, ministros do trabalho e saúde, respectivamente; Cristovam Buarque, do Governo Paralelo; José Dirceu, Secretário-Geral do DN e Betinho, Presidente do Ibase.

No dia 8, duas mesas redondas. A primeira, às 9 horas, tem como tema "Reforma do Estado e setor social", com Wladimir Palmeira, lí-

der do PT na Câmara; David Capistrano, Prefeito de Santos; Jair Meneguelli, Presidente da CUT e os deputados José Genoíno e Aloisio Mercadante.

A segunda mesa do dia 8, às 14



horas, será sobre "O setor saúde no Modo Petista de Governar" e terá a participação de Maria Lusa Jaegger, ex-Secretária Municipal de Saúde de Porto Alegre; Eurípedes B. Carvalho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos; Cesar Campos, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Eduardo Jorge, Deputado Federal e Jocélio Drummond, Presidente do INST/CUT.

No último dia o Encontro começa às 9 horas, com o painel "A organização do PT e as políticas setoriais", com Vitor Salazar, Secretário Nacional de Organização do PT e José Jorge Dória, da Coordenação Estadual de Saúde do PT/RJ. Das 14 às 17 horas, o tema é a organização do setor saúde, com Jairo Coutinho, do INST/RJ; Luiz Roberto Tenório, Presidente do Sindicato dos Médicos/RJ e Raslam Abbas, do Núcleo de Estudo de Saúde Coletiva da UFRJ.

A Comissão Organizadora do Encontro pode ser contatada pelo telefone (021) 220.5596.

# A estrela do curso

Entre os dias 8 de novembro e 12 de dezembro do ano passado, quatro companheiros (Angela Picaluga, PT/RS; Roselaine Frigeri, PT/RS; Eduardo Tadeu Pereira, PT/SP e Joaquim Soriano CEN/PT) estiveram participando de um curso sobre a América Latina, oferecido pelo Instituto Internacional de Informação e Formação, em Amsterdã (Holanda). Além dos quatro brasileiros, também estiveram presentes companheiros da Espanha e de vários países da América Latina.

Podemos afirmar, contudo, que o PT foi a "estrela" do curso: todos os presentes demonstraram um grande interesse por nossas lutas, nossa vida partidária e pelas respostas que procuramos dar a todas as questões que foram objeto do curso. Salienta-se que "a experiência do PT enquanto partido socialista e de massas" foi um dos temas desenvolvidos tanto na exposição teórica quanto nos debates.

O temário foi abrangente: Fundamentos Teóricos; Análise das Experiências de Transformação Histórica na América Latina (onde foram estudados os casos do Chile, da Nicarágua, de El Salvador e do Brasil) e Estratégias para a Transformação da América Latina Hoje.

O eixo geral do curso recuperou, através de uma perspectiva humanista radical, o sentido da luta dos socialistas em todo o mundo. Luta cada vez mais necessária para a conquista de novas formas de organização econômica, política e social. Luta, portanto, cada vez mais imprescindível contra a miséria, a opressão (sob todas as formas) e a inexistência de uma real democracia. Ao mesmo tempo, o curso procurou dar conta daqueles temas frente aos quais somos chamados a elaborar e assumir posição: a luta contra a opressão de gênero, a defesa do meio ambiente, os

direitos das minorias e as questões relativas às nacionalidades.

Foram momentos extremamente propícios ao pensar e repensar as questões do dia-a-dia e dos nossos fundamentos teóricos, infinitas vezes relegados ao segundo plano pelo ativismo que, em igual número de vezes, condiciona a nossa prática.

Outro elemento importantíssimo dessa experiência foi o contato e o debate com dirigentes partidários de diferentes países da América latina, todos com experiências muito interessantes.

Sem dúvida alguma, um curso como esse é um exercício para nossa capacidade de elaboração e de participação em debates teóricos. Além, é claro, de ser fundamental para renovar e consolidar a certeza de que nossas lutas extrapolam as fronteiras.

Eduardo Tadeu Pereira  
Sec. de Formação Política - PT/SP

# Seminários

A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI), coordenará, em parceria com os Secretários Municipais, vários seminários setoriais nos meses de abril e maio. Esses seminários fazem parte dos trabalhos da SNAI para 1993 e têm um caráter de sistematização de uma linha de intervenção das administrações municipais.

Os seminários de transporte e de saúde já têm data e local marcados. O primeiro acontecerá em Florianópolis, no dia 25 de abril e o seminário de saúde será realizado no dia 7 de maio no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, no Rio de Janeiro.

O Banco de Dados que contém informações sobre os resultados alcançados por nossas prefeituras na gestão passada será realimentado com novos indicadores que possam melhor expressar o desempenho das Administrações Petistas.

Outro projeto da SNAI refere-se à importância de se estabelecer um serviço de comunicação de dados entre as prefeituras. Para isso, divulgou-se entre as administrações petistas o serviço internacional de comunicação de dados -- NODO AlterNex -- do Ibase, no Rio de Janeiro, através do companheiro Ricardo Campos.

Para maiores informações ligue (021) 220-7288 ou 292-4141 ramais 117 e 261 e fale com Fatima Castro, da SNAI.

# Assessoria

No dia 5 de março a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais, realizou em Salvador uma reunião com prefeitos petistas cuja pauta era a necessidade de se instalar em Brasília um escritório que assessore as prefeituras petistas; o Plano de Trabalho da SNAI e a trajetória da Frente Nacional de Prefeitos.

As discussões e ações estão sendo encaminhadas para que consigamos, o mais rápido possível, constituir um escritório em Brasília e que com isso as prefeituras possam contar com a assessoria na elaboração e aprovação de seus projetos junto à Administração Federal.

# O Brasil tem jeito

*Vamos deixar 94 para 94 e fazer agora o que é possível para amenizar o sofrimento de milhões de brasileiros. Esta é a tarefa que se coloca para todos nós neste momento e a Caravana da Cidadania é o instrumento de que dispomos para mostrar que o Brasil tem jeito.*

“Não se trata de campanha eleitoral. É preciso deixar isso bem claro. Este ano a nossa campanha é contra a fome”. Estas palavras do coordenador da Caravana da Cidadania, Francisco Rocha da Silva, são dirigidas principalmente às lideranças petistas nos seis estados por onde passará a Caravana. Ao entrar na reta final dos preparativos, Francisco Rocha quer deixar claro que um dos objetivos desta viagem é romper com os velhos rituais políticos, que se resumem em carreatas e comícios e se esgotam nos próprios atos: “Queremos deixar sementes. Para isso é preciso criar condições para facilitar um contato direto de Lula e dos integrantes da caravana com a população, evitando palanques e atos solenes, que caracterizam as campanhas eleitorais”, afirma.

Para que isso aconteça ele espera contar com a criatividade e o empenho de cada companheiro, e propõe que deixemos de lado interesses imediatos e querelas internas, para realmente transformar a passagem da Caravana “num marco de um novo tempo em que as lideranças políticas dialogam com a comunidade e discutem com ela propostas para mudar a triste realidade do Brasil”.

## Caráter suprapartidário

Como já é do conhecimento de todos o tema central da Caravana é o combate à fome e à miséria - condição básica para resgatar a cidadania de 35 milhões de brasileiros que hoje

vivem em condições de indigência. Quadro este que foi agravado pela seca que assola largas regiões do Nordeste, por onde passará a caravana, exigindo de nós a apresentação de propostas concretas para enfrentar esta questão.

“O combate à fome e à miséria -- afirma o coordenador da Caravana -- não pode ser tarefa de um só partido. É um desafio que se coloca para toda a sociedade brasileira. Neste sentido, é tarefa de todos os companheiros procurar ampliar os contatos com lideranças de todos os setores da sociedade e organizações políticas democráticas interessadas em colaborar com este projeto, pois é fundamental que a Caravana da cidadania tenha um caráter suprapartidário.”

## Iniciativa Política

A Caravana da Cidadania -- que reproduzirá o itinerário da viagem feita por milhares de migrantes nordestinos (inclusive por Lula), de Garanhuns, em Pernambuco, até Vicente de Carvalho, em São Paulo -- e o combate à fome constituem a principal iniciativa política do PT agora e durante os próximos 6 meses. Esta decisão foi tirada por aclamação na reunião do Diretório Nacional de 20 e 21 de março.

Durante os debates, foram feitas as seguintes sugestões, que foram examinadas pela Comissão Coordenadora e incorporadas às atividades da Caravana:

- Convidar, juntamente com a CUT, lideranças sindicais e políticas para se concentrarem no Primeiro de Maio em Feira de Santana (BA) num ato contra a miséria e a fome.

- Vincular o desenvolvimento da Caravana à apresentação periódica (semanal, se possível) no Congresso, de projetos de lei e emendas ao orçamento que visem combater a miséria, a fome, a recessão, o desemprego e a inflação.

- Propor às entidades sindicais, associativas e populares, semanas ou ciclos de debates e discussões sobre a fome e a miséria.

- Propor que o Governo Federal adote medidas concretas de combate à sonegação e exija do Congresso maior rigor na discussão do orçamento.

- Produzir material de divulgação

sobre a Caravana, a ser distribuído para filiados e organismos partidários.

- Solicitar da Bancada Federal que articule as Bancadas Estaduais para dar ênfase ao debate sobre a fome e a miséria.

- Organizar coleta de assinaturas para projetos de combate à fome e à miséria, na medida em que a Caravana for passando pelas cidades.

- Verificar como as Prefeituras petistas podem desenvolver ações contra a fome e a miséria.

- Mobilizar a militância partidária na divulgação e no apoio à Caravana.



Recife (PE)  
Garanhuns (PE)  
Canapi (AL)  
Canudos (BA)  
Paulo Afonso (BA)  
Feira de Santana (BA)  
Vitória da Conquista (BA)  
Teófilo Otoni (MG)  
Gov. Valadares (MG)  
Duque de Caxias (RJ)  
Volta Redonda (RJ)  
Barra Mansa (RJ)  
Santos (SP)  
Vicente de Carvalho (SP)

## 1º de maio contra a fome

O 1º de maio deste ano em Feira de Santana (BA) terá um significado especial. Neste dia a Caravana da Cidadania, comandada por Lula, estará na cidade desde cedo e a CUT está organizando um grande ato, no centro da cidade, para o final da tarde. Lula e Jair Meneguelli estarão presentes.

Mas o 1º de maio de Feira não será importante apenas pela presença de Lula, Meneguelli e de outras lideranças nacionais. Ele deverá marcar, também, a adesão do movimento sindical à campanha contra a fome, um dos temas que move a própria Caravana da Cidadania. Ao lado dos eixos de luta tradicionais -- melhores salários, mais empregos, melhores condições de trabalho -- a questão da fome e da miséria deverá ocupar um lugar central neste 1º de maio.

É fundamental que a luta contra a fome e a miséria também figure entre as bandeiras de todas as manifestações do 1º de maio em todo o país. O Brasil encontra-se hoje entre

os países que têm os indicadores sociais mais alarmantes em todo o mundo e a miséria alastra-se mais e mais a cada dia.

Mas essa luta não deve ficar apenas no 1º de maio. Ao contrário, ele deve ser o marco inicial do engajamento de todos as entidades e dirigentes sindicais nessa campanha. Até o final da Caravana (16 de maio), por exemplo, os sindicatos e associações de classe poderão organizar debates, mesas-redondas, painéis e outras atividades para discutir formas concretas do movimento sindical dar a sua contribuição para fazermos frente a um problema cuja solução não diz respeito somente às instituições políticas, aos partidos ou a algumas lideranças, mas a cada um dos brasileiros.

Os diretórios estaduais devem organizar listas de personalidades e dirigentes sindicais de peso, interessados em participar do ato de Feira de Santana, informando a Secretaria Sindical Nacional. Circular neste sentido já foi enviada aos estados.

# IPMF: os debates continuam

O PT, que inicialmente era contrário ao Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), decidiu votar a favor do Projeto, condicionando seu apoio à destinação dos recursos arrecadados por esse imposto para as áreas sociais, especialmente para os menores carentes.

No final do ano passado o Diretório Nacional aprovou o voto a favor do IPMF. A Bancada Federal cumpriu a determinação e fez o acordo com outras forças do Congresso -- o Projeto foi aprovado, em dois turnos de votação, pela Câmara e pelo Senado. Entretanto, com a troca de ministro (saiu Hadad, entrou Elizeu Resende) o quadro de negoci-

ações se alterou.

Agora que o projeto está em fase de regulamentação o assunto voltou a ser ponto de pauta na reunião do Diretório Nacional, nos dias 20 e 21 de março.

Alegando que o IPMF contraria princípios de política tributária defendidas pelo PT, o deputado federal Raul Pont, vice prefeito de Porto Alegre, propôs ao DN que o Partido retirasse o apoio ao imposto: "O IPMF foi aprovado com o apoio do PT, mas o governo não cumpriu as promessas", afirmou. Contrapondo-se a essa proposta o deputado Vladimir Palmeira, lembrou que a Bancada Federal cumpriu a determinação do DN e afirmou que o PT não

pode agora romper o acordo feito, sob pena de o Partido perder a credibilidade. O deputado federal Aloísio Mercadante esclareceu que o IPMF sofreu várias distorções, mas ainda apresenta algumas características importantes: é universal e não é declaratório, o que contribui para reduzir a sonegação; além disso, ele leva à quebra do sigilo bancário e foi por esse motivo que os empresários se uniram contra a proposta.

No que se refere à questão dos impostos que eram cobrados pelas prefeituras municipais (é que, agora, com o IPMF, deixaram de ser), o senador Eduardo Suplicy afirmou que a questão já estava encerrada: "infelizmente, fomos derrotados".

Mas alimentou esperanças de que a questão possa ser rediscutida durante os debates sobre a regulamentação (veja abaixo o quadro com os pontos mais polêmicos do Projeto).

Ao final do debate, o deputado José Dirceu, secretário geral nacional, encaminhou a questão da seguinte forma: a Bancada não deve romper o acordo agora. Deve continuar fiscalizando a aplicação do acordo, deve acompanhar a discussão da regulamentação e influir para que o Imposto tenha a destinação original. Se houver uma brecha, ou descumprimento mais flagrante por parte do Governo, o PT, então, justificadamente, poderá romper o acordo e passar a combater o IPMF.

## Pontos Polêmicos do Projeto

O Projeto de Lei Complementar do IPMF apresenta alguns aspectos que tem sido objeto de várias críticas. Nosso objetivo, aqui, é explicitá-las e dar início às discussões que irão orientar a elaboração de emendas ao texto.

O artigo 2º define o fato gerador do imposto. Na verdade houve forte preocupação em ampliar ao máximo o âmbito de incidência do IPMF e de contemplar no texto até mesmo operações não especificadas. Para alguns, isso conferiu excessiva subjetividade ao artigo. De nossa parte, somos pela manutenção do texto como está, pois o setor financeiro guarda elementos obscuros e complexos extremamente difíceis de prever na sua totalidade. Qualquer esforço de especificação redundará necessariamente na abertura de brechas que serão imediatamente utilizadas pelos "experts" do mercado.

O artigo 8º, em seus incisos III e IV, concede alíquota zero para: a) os débitos realizados por sociedades corretoras e distribuidoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, por sociedades de investimento e fundos de investimento (mencionados na Lei 4728/65), nos serviços de liquidação e compensação vinculados às bolsas de valores, de mercadorias e de futu-

ros e por instituições financeiras, desde que os respectivos valores sejam movimentados em contas de depósito à vista especificamente abertas para este fim; b) lançamentos efetuados por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas.

O objetivo destas medidas é o de desonerar as operações de intermediação financeira e, assim, evitar aumento do custo do dinheiro. Contudo, entendemos que tal conjunto de isenções contribuirá para aumentar a evasão e a fraude. Isso decorre da dificuldade de se diferenciar operações relacionadas com o objeto social daquelas que não são. Por outro lado, as corretoras poderiam realizar aplicações para seus clientes, ou mesmo, transferir recursos entre aplicadores diferentes sem que tais operações fossem tributadas pelo IPMF. Ademais, cumpre-nos ressaltar que despesas administrativas também fazem parte do objeto social das entidades -- neste caso, poderiam tais despesas ser isentas do IPMF? Acreditamos que não.

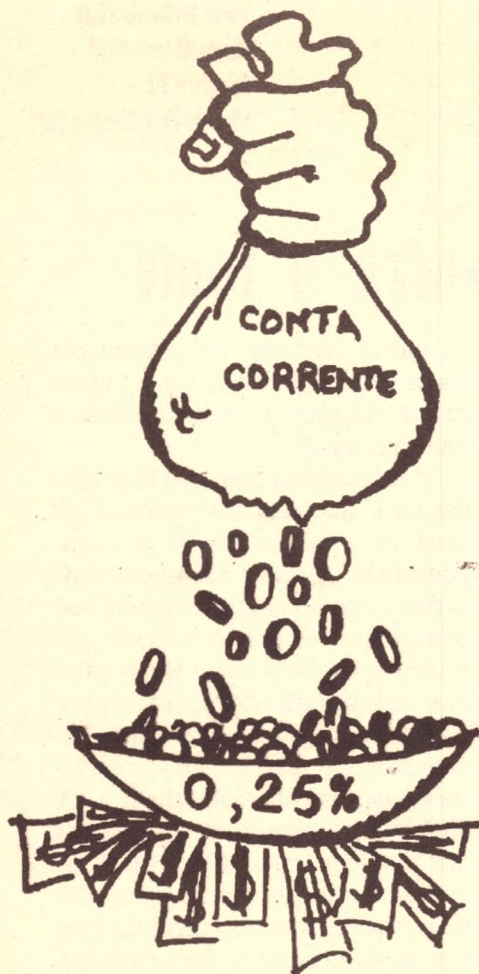
Cientes dessas dificuldades, os técnicos do Governo remeteram o assunto a posterior regulamentação pelo ministro da Fazenda, o que, obviamente, não afasta o problema

da ocorrência de eventuais favorecimentos ao setor financeiro. Há, portanto, que se discutir melhor o assunto e propor emenda.

No mesmo artigo 8º, é aplicada alíquota zero para: a) resgates de poupança, depósito especial remunerado e depósito judicial para crédito em conta de depósito à vista ou de poupança de mesmo titular; b) transferências entre contas correntes de mesmo titular.

Esta prerrogativa não se aplica à conta conjunta de pessoas jurídicas, o que prejudicará as empresas que operam com afiliadas em sistemas verticalizados de produção. Cumpre avaliar as conseqüências de tal medida tendo em vista os inconvenientes derivados da tributação em cascata.

De acordo com o artigo 9º, o Poder Executivo poderá reduzir a alíquota do IPMF, bem como eliminar ou ampliar para outras operações a cobrança de alíquota do IPMF, bem como eliminar ou ampliar para outras operações a cobrança da alíquota zero. Isso, sem dúvida, lhe confere uma ampla margem de ação que não se subordina ao crivo do Congresso. Contudo, obrigar que tais alterações passem pelo Legislativo não nos parece o melhor caminho, sob pena de engessar as medidas de





ajuste. A alternativa é cobrar do Governo um rígido posicionamento contra aplicação de isenções e favorecimentos injustificados.

O artigo 10º define condições de recolhimento do imposto que nos parecem inaceitáveis. Por aquela regra, os bancos farão a retenção diária do IPMF, com apuração no período de quinta-feira da semana anterior até a quarta-feira da semana corrente, convertida em UFIR diária pelo valor desta no dia da retenção. Os recursos arrecadados ficarão em poder so bancos por um período máximo de 7 dias (se retidos na quinta da semana anterior) e mínimo de 3 dias (se retidos na quarta da semana corrente). Em nosso entendimento, esta retenção não deveria ultrapassar o prazo de três dias úteis.

O artigo 11º dispõe sobre a quebra do sigilo bancário, com a qual a Bancada petista tem se posicionado favoravelmente. A abertura de informações sobre a base de cálculo de qualquer imposto é condição necessária para uma adequada administração tributária, daí afastamos a possibilidade de que seja alterado o texto proposto pelo Executivo.

A destinação dos recursos -- um dos pontos de maior interesse da bancada -- é tratada brevemente no artigo 23º. O dispositivo concede ao Executivo a atribuição de regulamentar os repasses vinculados a programas de educação para o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, bom como os vinculados à habitação popular para o Comitê Nacional de Habitação. Isto não nos satisfaz.

Nossa estratégia deverá se pautar pelo cumprimento do acordo que deu sustentação política à aprovação do IPMF, o qual se consubstancia nos seguintes pontos: a) a própria lei complementar deverá definir claramente os beneficiários, a composição dos órgãos responsáveis pela gestão e aplicação dos recursos, bem como prazos para repasses ao Tesouro, na forma das propostas de emendas já elaboradas pelo PT; b) não abrimos mão de inserir no texto legal a obrigação de que os recursos sem destinação constitucional específica (62% do total arrecadado) sejam aplicados em programas emergenciais na área social.

Somente após atendidas as condições acima é que se poderá viabilizar a concessão de apoio ao Projeto de Lei Complementar.

da assess. da Bancada -  
Maria Emilia

## 8º Encontro Nacional



## Só faltam dois meses

Está marcado: o 8º Encontro Nacional será realizado em Brasília, nos dias 11, 12 e 13 de junho. O Diretório Nacional aprovou, ainda, a proposta da SORG para o temário -- Momento Político e Conjuntura; Projeto Estratégico Alternativo; Novo Estatuto, e, Eleição da Nova Direção --, organização e financiamento.

A eleição da nova direção será feita por chapas e a discussão e votação do novo Estatuto será através de emendas -- podendo ter caráter substitutivo global -- ao documento elaborado pelo Grupo de Trabalho do Estatuto, designado pelo DN.

A discussão e votação dos dois primeiros pontos de pauta do Encontro -- Momento Político e Diretrizes para um Projeto Estratégico -- serão feitas através do confronto de teses, escolha de tese-guia e emendas a essa tese-guia. As teses deverão ter no máximo 200 linhas e 150 assinaturas, e, no mínimo 20 assinaturas, de companheiros de pelo menos quatro estados. As teses deverão ser entregues até dia 12 de abril, em disquete (programa Word5).

A organização do Encontro está a cargo de uma comissão composta pelos companheiros Vitor Salazar, Gilberto Carvalho, Joaquim Soriano, Francisco Rocha e Luis Eduardo Greenhalgh.

Para financiar o Encontro a Tesouraria Nacional deverá promover uma rifa e outras atividades a serem discutidas. É bom lembrar que Delegados, Delegações e Conselhos Deliberativos não estão dispensados de quaisquer obrigações financeiras e não participarão do 8º Encontro se não estiverem rigorosamente em dia com a Tesouraria Nacional. Todos os pagamentos deverão ser feitos até uma semana antes do Encontro.

Todas as embaixadas e mais os partidos de outros países com os quais o PT mantém relações serão comunicados da realização do evento (ficando as despesas por conta dos interessados em participar).

BOLETIM  NACIONAL

**10**  
**anos**

informando a militância

## ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao  
Partido dos Trabalhadores  
Rua Conselheiro Nébias, 1052  
CEP 01203-002 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 130.000,00

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Fone p/ contato: \_\_\_\_\_

PREENCHA EM LETRA DE FORMA

# A experiência petista de governo

*Olívio Dutra fala sobre a experiência petista na administração de cidades brasileiras durante a 3ª Conferência Internacional sobre Cooperação Regional e Municipal*

O companheiro Olívio Dutra participou da 3ª Conferência Internacional sobre Cooperação Regional e Municipal, realizada entre os dias 3 e 5 de março em Florença, na Itália, a convite do Prefeito da cidade, do Presidente da Região de Toscana e do Presidente da Província de Florença.

Como um dos oradores principais, na sessão de 4 de março, perante uma platéia de mais de uma centena de representantes do mundo todo,

Olívio fez uma rica exposição baseada na experiência petista de governo, em especial, da administração de Porto Alegre (veja abaixo trechos de seu discurso).

Também participaram da Conferência o vice-prefeito de Belo Horizonte, Celio de Castro, e o companheiro César Alvarez que encontrase em Bolonha, fazendo um estágio sobre políticas públicas, no marco de um acordo entre o PT e o PDS italiano.

Olívio Dutra participou também da mesa de abertura do Encontro de Prefeituras, onde destacou-se a presença de G. Popov, ex-prefeito de Moscou. "O Encontro, mesmo com a presença de prefeitos do mundo todo, foi centrado nos angustiantes problemas que vivem as prefeituras europeias. A presença de prefeitos de outros continentes deveu-se à necessidade dos europeus de conhecerem outras alternativas, num momento de grave crise social", ponderou Olívio.



ALEMANHA

## Uma federação parlamentarista

A convite do Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES) da Fundação Friedrich Erbert no Brasil, três deputados do PT, Aloisio Mercadante, José Dirceu e Valdomiro Fioravante estiveram na Alemanha, em viagem de estudos sobre o sistema constitucional daquele país, uma federação parlamentarista.

A visita -- além do aspecto de estudos e conhecimento do sistema político alemão -- serviu para o contato com a Europa do desemprego, das tentativas de ressurgimento do nacionalismo e do racismo e do embate entre a social democracia e o liberalismo alemão.

A delegação participou de várias conferências e palestras, visitou três cidades alemãs -- Heidelberg, Bonn e Colonia -- e manteve contato com o parlamento alemão, tendo sido recebida pela presidente do Bundstag. Esteve também com representantes da União de Empresários da Alemanha, da Central de Sindicatos, da União dos Municípios e do Conselho Federal, o senado alemão. Em Heidelberg o contato foi com professores e especialistas em matéria constitucional, eleitoral e partidária. Em Bonn, com os representantes dos empresários e trabalhadores, além da visita ao Parlamento e à sede do SPD (Partido Social Democrata).

## INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS

"(...) Queremos, com base na nossa experiência no Brasil, desenvolver a idéia de que fortalecer e democratizar o poder municipal é condição *sine qua non* para a solução dos sérios problemas socio-econômicos do Terceiro Mundo, mesmo nos marcos do presente quadro da economia e desenvolvimento global. (...) Nestas circunstâncias, o crescimento e consolidação dos partidos políticos de esquerda, especialmente o PT, é de grande importância como alternativa política e institucional. (...) Na luta por mudanças estruturais em países como o Brasil, a administração de cidades tem um caráter estratégico. A urbanização caótica e violenta, junto à pobreza resultante da concentração de renda, colocou a administração de cidades na linha de

frente no combate aos nossos problemas econômico-sociais (...)

A consolidação das relações horizontais entre cidades e o intercâmbio de experiências e projetos permitirão grande avanço na solução dos nossos graves problemas. (...) Neste marco, a cooperação descentralizada permitirá compartilhar os acertos e os equívocos sobre diferentes questões sociais, num momento em que a dispersão de esforços conspira contra a necessidade de fortalecer as melhores experiências em administração municipal. (...) A aproximação da gestão municipal dos cidadãos significa a incorporação de suas demandas, fora da lógica burocrática e centralizadora, abrindo uma nova perspectiva na relação Estado-sociedade civil."

## Mostra de Horror Urbano

Representando as prefeituras municipais do PT, o secretário de Assuntos Institucionais, vereador Jorge Bittar, participou, entre os dias 18 e 21 de março, da 1ª Mostra de Horror Urbano, em Buenos Aires -- um evento promovido pela Fundação Ecológica Buenos Aires Alerta.

Partindo do tema "A estética como denúncia", a 1ª Mostra de Horror Urbano se propunha -- apelando para os múltiplos caminhos da criatividade -- a instalar no cen-

tro do debate a problemática ambiental das grandes cidades.

A Mostra foi dividida em três grandes áreas que funcionaram simultaneamente: área artística; área de propostas; área de debate. Os temas debatidos foram: saúde, educação e habitação; alimentação e agricultura orgânica; serviços públicos, qualidade e preço; espaços verdes; resíduos domiciliares; horror urbanístico e contaminação ambiental, entre outros.

## MENSAGENS

## Estupefatos

O Relatório da Comissão da Verdade em El Salvador, elaborado por uma equipe supervisionada pelas Nações Unidas e dado a público em 15 de março, responsabiliza as Forças Armadas Salvadorenhas por terríveis crimes contra a população civil durante a guerra que durou uma década e vitimou milhares de salvadorenhas. Como o relatório também responsabiliza alguns dirigentes da FMLN, o PT enviou a seguinte nota de solidariedade:

Aos companheiros Ana Guadalupe e Joaquim Villalobos

“Tomamos conhecimento, basicamente através de notícias publicadas na imprensa, das conclusões do relatório das Nações Unidas sobre a situação de El Salvador no ano de enfrentamento militar.

Os fragmentos aqui publicados dão conta do que muitos de nós já sabíamos. Isto é, sobre as pesadas responsabilidades dos militares salvadorenhas, apoiados por governos dos Estados Unidos, no processo sistemático de violação dos direitos humanos que tanta dor causou para seu país.

Com estupor vimos igualmente seus nomes incluídos entre os acusados pelo documento em questão.

Trata-se de uma tentativa absurda de equalizar responsabilidades, colocando no mesmo campo tiranos e os que se alçaram em armas contra a tirania.

Nesta hora grave da vida política salvadorenha queremos expressar nosso protesto contra este propósito de confundir dois valorosos militantes com as camarilhas de criminosos que infelicitaram o seu país.

Queremos expressar -- e estamos seguros de interpretar a vontade de nosso partido -- nossa solidariedade com vocês, tendo segurança de que este erro absurdo será reparado.

A democracia em El Salvador não pode prescindir do concurso de dois dirigentes da qualidade intelectual, política e moral de vocês, expressões autênticas do grande processo de renovação por que vem passando as esquerdas latinoamerica-

nas a mais de uma década.

Recebam nosso abraço ea expressão de nossa admiração e simpatia.”

Luís Inácio Lula da Silva  
Marco Aurélio Garcia

## Comunicado da FMLN

A FMLN considera fundamental para o futuro democrático de El Salvador o informe da Comissão da Verdade. A evidente incriminação do major Roberto D'Abuisson comprova que o Partido Arena tem suas raízes nos Esquadrões da Morte e que cometeu graves crimes. Comprova a responsabilidade das Forças Armadas e dos Corpos de Segurança na maioria das violações e na qualidade destas. Estabelece a incapacidade e cumplicidade do Sistema Judicial e deixa claro que foi o Estado o principal responsável pela violência. A Comissão reconhece insuficiência em seu trabalho no que se refere a investigar os Esquadrões da Morte, sobretudo nos aspectos de participação de altos dirigentes políticos, empresários e famílias poderosas.

A FMLN aceita o que lhe compete das recomendações da Comissão da Verdade, e, recomenda:

1) Que se cumpra, com urgência, a renúncia de toda a Corte Suprema de Justiça como ponto de partida para uma profunda transformação do Sistema Judiciário;

2) Deve ser ampliada a Comissão -- conforme a recomendação relativa à criação de organismos derivados da Comissão da Verdade --, que deve investigar os Esquadrões da Morte e a participação de empresários, famílias poderosas e altos dirigentes políticos nestes Esquadrões;

3) Deve ser cumprido o ponto relativo à criação de um fundo para a compensação material às vítimas, destinando um por cento de toda a ajuda externa para esse fundo, conforme estabelece a Comissão;

4) Rechaçamos a idéia de uma anistia enquanto não haja resultados sobre as investigações dos Esquadrões da Morte e enquanto não se cumpram todas as recomendações.

San Salvador, 15 de março de 1993  
Comissão Política da FMLN



## Apartheid

Ao Congresso Nacional Africano

Queremos manifestar aos companheiros do Partido Comunista Sul Africano, ao Congresso Nacional Africano e ao povo sul africano nossas sinceras condolências e expressar nossa revolta diante do assassinato do companheiro Chris Hani.

Reiteramos nossa confiança em que esta dura perda não reduzirá o

empenho dos companheiros sul africanos na luta contra o odioso regime do apartheid, pela democracia e pela emancipação social.

Ao mesmo tempo, renovamos nossa integral solidariedade.

Saudações fraternas.

Luís Inácio LULA da Silva  
Marco Aurélio Garcia

## AGENDA DE LULA NOS EUA

- 14/04 Saída para EUA às 23h:00.
- 15/04 Chegada em Nova York às 7h:30.  
Coletiva à Imprensa no Hotel Algonquin
- 16/04 Conferência "Alternativas para a América Latina: Um Painel dos Candidatos Presidenciais 94". Univer. de Princeton - New Jersey.  
Painel 1: A política norteamericana na era da pós-guerra fria  
Painel 2: O futuro da democracia na América Latina  
Painel 3: Os desafios econômicos-sociais. Há alternativas?
- 17/04 Conferência "Alternativas para a América Latina". Forum Público: Perspectivas de Mudança. University Princeton - New Jersey.  
Recepção para políticos, dirigentes de sindicatos e de outras organizações patrocinadas pelo Democratic Socialists of America - New York.
- 18/04 Almoço com Dirigentes Sindicais patrocinado pelo Amalgamated Clothing Textiles - New York.  
Saída de New York; chegada em Washington, Hotel Mayflower.  
Jantar com dirigentes sindicais no Gary's Restaurant.
- 19/04 Almoço oferecido pelo Inter American Dialogue, com a presença do Diretor para Assuntos Latinoamericanos do Conselho Nacional de Segurança, Richard Feinberg e outras personalidades.  
Encontros oficiais em Washington, com Parlamentares e Representantes do governo (a confirmar).
- 20/04 Retorno para São Paulo às 9h:30.

## Ih! Não deu zebra...

**A** reeleição de Luiz Antonio de Medeiros para a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo não se constituiu exatamente em uma surpresa para os que vinham acompanhando o processo. O que surpreendeu, de fato, foram os 86% dos votos que o líder da Força Sindical abocanhou, contra apenas 9.5% da chapa da CUT (a do MR-8 teve 4.5%). Quais seriam as razões para um desempenho tão baixo, que nem as perspectivas mais pessimistas previram?

De fato, embora não houvesse possibilidade de vitória da chapa da CUT -- em boa medida por causa da escassez de prazo para uma campanha eleitoral decente -- o pior resultado que a oposição cutista esperava era de pelo menos o dobro do que obteve.

### "Incompreensão Política"

Mauro Faraboti, da Autolatina e candidato a Presidente na chapa da CUT, acredita que o resultado reflete o oportunismo de Medeiros, que armou todas as regras e prazos para impedir qualquer trabalho de oposição. "Foi um processo anti-democrático, com empresas induzindo trabalhadores a votarem na chapa do Medeiros", afirma Faraboti.

Para Vito Giannotti, membro da direção da CUT Regional da Grande

São Paulo, "a CUT não investiu para derrotar o Medeiros e o mesmo vale para o PT". Giannotti diz que "tanto o PT quanto a CUT mostraram uma profunda incompreensão política do que estava em disputa nos meta-lúrgicos de São Paulo. A CUT ficou ausente nestes anos. Poucos militantes teimosos insistiram numa ação de oposição".

### "Trabalhar 82% da Categoria"

Ambos, porém, não vêm na votação obtida pela chapa da Força Sindical um aval da categoria à política daquela Central. Giannotti afirma que nas fábricas onde a base identificou um trabalho constante da oposição, a chapa da CUT chegou a ter 55% ou 65% dos votos - casos da Ford, Brasilata e MWM. A CUT conseguiu outros resultados razoáveis em fábricas como a Villares, Arno e Metaleve mas, ao mesmo tempo, não passou de 2% ou 3% onde, segundo ele, a CUT esteve totalmente ausente. Isto demonstra, diz, que o apoio da categoria à chapa de Medeiros correspondeu à ausência de ação da CUT.

Para Mauro Faraboti, o resultado reflete o trabalho despolitizador e assistencialista que Medeiros fez na categoria. Faraboti diz que, ainda assim, ele obteve os votos de apenas 18% da base da categoria. "Nós

temos 82% da categoria a serem trabalhados. Isso sim, vai depender do nosso trabalho".

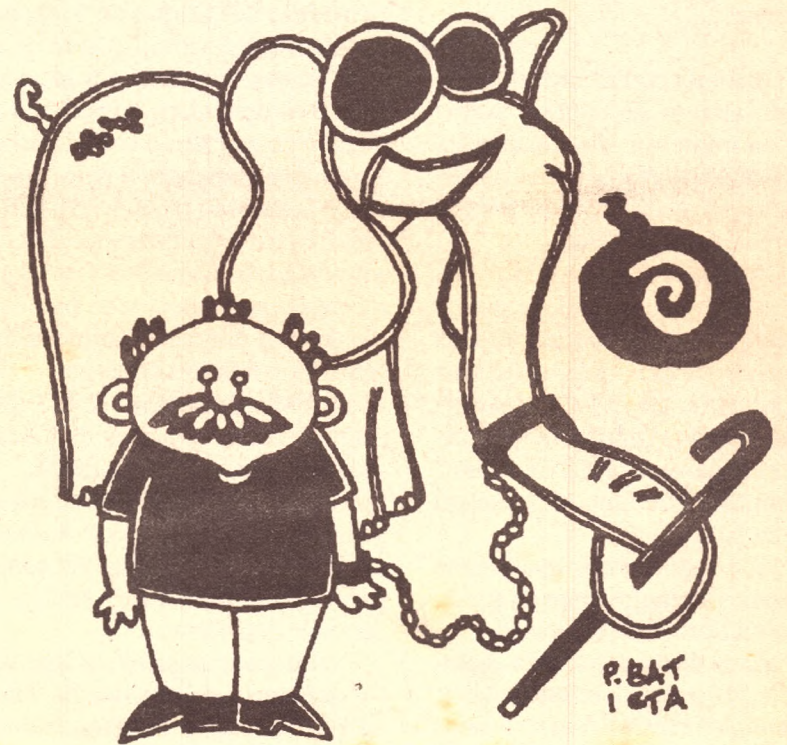
### O Futuro

O que esperar, agora, do trabalho da oposição nos metalúrgicos de São Paulo? Faraboti acredita que o caminho é "fazer, através da CUT, um trabalho contínuo de politização, envolvendo todos os setores partidários, progressistas, para eliminar o representante da

direita que fala em nome dos trabalhadores".

Vito Giannotti acha que "a CUT precisa resolver enfrentar o Medeiros no seu império". Para ele, "a CUT tem que se implantar nas grandes fábricas. Isso servirá para disputar uma nova eleição com Medeiros ou para criar, futuramente, um sindicato cutista nos metalúrgicos de São Paulo".

José Rocha Cunha  
Assessor da SSN



## Reunião sindical em maio

A Secretaria Sindical Nacional está convocando os secretários sindicais dos estados ou representantes, para uma Reunião Sindical Nacional, em 8 de maio, a partir das 9:30 horas, na sede nacional, em São Paulo.

Na pauta, a campanha contra a fome, o plano de trabalho da secretaria para 93, a atuação sindical do PT e o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Petistas, previsto

para final de maio.

Entre os objetivos da proposta de plano de trabalho que a Secretaria Nacional discutirá com os secretários estaduais, estão, além da realização do Encontro de Dirigentes Sindicais, a produção de materiais diversos e debates sobre a crise e perspectivas do movimento sindical, o Contrato Coletivo de trabalho, o FGTS e outros temas de interesse dos sindicalistas; acompanhamento

e elaboração de projetos para a revisão constitucional; nova lei salarial; divulgação e fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista; e o acompanhamento, já desde outubro deste ano, da intervenção dos petistas no V CONCUR, previsto para início de 94.

No Encontro de Dirigentes Sindicais, a SSN quer discutir as relações do PT com a CUT, projetos de atuação imediata e a médio pra-

zo para os dirigentes sindicais petistas e a organização da Secretaria após o 8º Encontro Nacional do Partido, em junho.

Os secretários sindicais estaduais e demais interessados podem obter informações pelo telefone (011) 223.7999 ramal 236 com José Rocha, assessor da Secretaria Sindical Nacional, das 13:30 às 18:00 horas.